

INFORME NACIONAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MANDATO EMANADO DA CÚPULA DAS AMÉRICAS Janeiro 2005

A democracia efetiva requer a promoção do crescimento econômico com equidade. Com essa preocupação, a ação do Governo brasileiro concentra-se na eliminação da pobreza e na inclusão social. Tendo presentes os compromissos assumidos nas Metas do Milênio e os mandatos da Cúpula das Américas, o Governo brasileiro tem desenvolvido programas que incluem primordialmente as seguintes áreas:

I. COMÉRCIO, INVESTIMENTO E ESTABILIDADE FINANCEIRA

O Brasil tem privilegiado a estabilidade econômica, adotado uma política fiscal dirigida à geração de superávits primários e uma política monetária focada em metas de inflação. Já em 2003, o superávit primário do setor público consolidado foi de 4,27% do PIB, superior aos 4,25% estabelecidos como meta naquele ano – que seria elevada para 4,5%, em 2004, e uma vez mais superada pelos 4,61% do PIB efetivamente verificados no ano passado. Mantém-se, portanto, o sólido compromisso do Brasil com a redução da razão dívida pública/PIB. Ao mesmo tempo, as exportações saíram do patamar de U\$ 60 bilhões, em 2002, para a cifra de U\$ 73 bilhões, em 2003, e atingiram mais de U\$ 96 bilhões em 2004. Com esse crescimento, já em 2003, o superávit no balanço de transações correntes foi da ordem de 0.82% do PIB. Em 2004, superou expectativas, ao atingir 1,94% do PIB.

Esses resultados mais o forte crescimento do PIB em 2004 (à taxa de aproximadamente 5,3%, segundo dados preliminares) projetam evolução positiva no que diz respeito tanto às finanças públicas como às contas externas do País. A dívida líquida do setor público diminuiu para 51,81% do PIB, em 2004, após haver atingido patamar em torno de 57% no final de 2003. A dívida externa total líquida – que, entre o final de 2002 e dezembro de 2003, caíra de 36% para o nível de aproximados 31% do PIB e de 273% para 207% do total exportado – deverá, também em 2004, sofrer redução sensível. A redução da vulnerabilidade do país melhora sua avaliação de risco e aponta para a diminuição do custo do crédito da economia.

Além do desenvolvimento positivo nas áreas fiscal e externa, a política monetária tem contribuído para o quadro da estabilidade econômica. O Banco Central tem observado metas inflacionárias (“inflation targeting”) e dado provas ao mercado de sua disposição de garantir a estabilidade da moeda e de responder a qualquer ameaça inflacionária.

Uma “Agenda Microeconômica” complementa as medidas que visam ao equilíbrio macroeconômico e contribui para a sustentação do crescimento no longo prazo. As ações complementares desenvolvidas nesses dois planos objetivam a redução do custo do crédito e a criação de um ambiente de estabilidade e previsibilidade, que propicie a eliminação de distorções na alocação de recursos. A “Agenda Microeconômica” inclui, entre as ações institucionais, importantes avanços na reforma tributária, na lei de falências, na reforma do judiciário, além da aprovação da lei das parcerias público-privadas.

A reforma tributária tem evoluído no Legislativo. Seus objetivos são reduzir e racionalizar a carga tributária, diminuir distorções econômicas e contribuir tanto para uma distribuição de renda mais equilibrada como para a redução de disparidades regionais. Uma nova lei de falências foi aprovada pelo Congresso e, juntamente com novo sistema unificado de informação sobre crédito – que estimulará a competição entre bancos comerciais – deverá contribuir para a queda do custo do crédito e a melhora no ambiente para investimentos. Ampla reforma do Judiciário foi promulgada em 08 de dezembro último, fortalecendo ainda mais o primado do direito, incrementando a transparência e a previsibilidade dos procedimentos judiciais, com claras repercussões positivas sobre o ambiente para negócios. Em dezembro de 2004 foi aprovada a lei que, ao reger as parcerias público-privadas, possibilita iniciativa da maior importância para a ampliação e segurança dos investimentos em infra-estrutura. A concorrência de todos esses elementos resulta na redução de incertezas e conseqüente aprimoramento da coerência e transparência institucionais.

II. INFRA-ESTRUTURA E AMBIENTE REGULATÓRIO

O crescimento sustentado depende do investimento dirigido ao aumento da capacidade de produção. Os investimentos em melhora e ampliação de infra-

estrutura viária, energética, portuária, ou sanitária são fundamentais para sanar os pontos de estrangulamento que implicam aumento de custos e inflexibilidade de oferta. Tais investimentos, por seu volume e prazo de maturação, necessitam de ambiente regulatório que permita rentabilidade e previsibilidade ao investidor. A lei das parcerias público-privadas (PPPs), aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro, busca sanar a questão da rentabilidade dos investimentos privados em infraestrutura, propiciando ambiente regulatório mais previsível e transparente para tais inversões.

As PPPs permitirão que empresas se responsabilizem pelo financiamento total de empreendimentos em obras públicas. A lei prevê dois tipos de parceria. Na “concessão patrocinada”, a iniciativa privada será ressarcida em parcelas ao longo do contrato, as chamadas “contraprestações”. Nesse caso, os investidores privados poderão auferir a receita da tarifa a ser cobrada dos usuários dos serviços. A segunda modalidade de parceria é a “concessão administrativa”. Os investidores privados executarão obras ou prestarão serviços à administração pública, sendo remunerados pelo Poder Público. A construção e a administração de presídios é um exemplo de como essa parceria poderá ser aplicada.

III. FUNDAMENTOS AMBIENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde a década de 1970, o Brasil tem investido no desenvolvimento de fontes de energia limpa, e conformado uma matriz energética com baixo nível de emissões. Hoje, cerca de 41% da oferta de energia no país deriva de fontes renováveis (notadamente, aproximados 14% de fonte hidrelétrica e 12% de produtos de cana-de-açúcar). Ao se considerar apenas a oferta de energia elétrica, aproximadamente 74% é de origem hídrica. Investimentos em ampliação da capacidade de produção de bio-diesel (inclusive em P&D) estão sendo estimulados e essa modalidade de combustível seguramente ampliará sua participação na matriz energética nos próximos anos.

A experiência da operação de matriz energética limpa e do desenvolvimento de fontes de energia de baixa emissão foram antecedentes valiosos para a criação, em dezembro de 2004, de um mercado de créditos de carbono: o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões-MBRE. No que se refere a créditos de carbono, também significativo é o fato de o Brasil haver apresentado o primeiro projeto aprovado pelo Conselho Executivo do

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estabelecido no âmbito do Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – a saber, Projeto Nova Gerar, no Estado do Rio de Janeiro.

IV. TRABALHO, EMPREGO E RENDA

A alta prioridade atribuída à equidade e inclusão social faz das políticas de geração de emprego e renda foco de atenção mandatória. A primeira condição para a geração de emprego e oportunidades de renda é, certamente, a retomada do crescimento econômico sustentado. Como consequência da revitalização da economia em 2004 – com aumento do PIB superior a 5% – foram criados mais de 1,8 milhão de novos empregos, entre janeiro e novembro. Para potencializar ainda mais essa tendência positiva, o Governo tem procurado brindar maior apoio técnico e creditício ao pequeno e micro-negócio e à qualificação profissional.

As pequenas e médias empresas (PMEs), cujo papel na geração de empregos é inquestionável, são o alvo de programas que têm, entre outros, os objetivos de : a) aprimorar sua competitividade, equiparando-a a padrões internacionais; e b) contrarrestar problemas decorrentes de operação pequena escala, principalmente no que toca à logística da venda e distribuição a mercados estrangeiros. Ressalte-se nesses programas a participação de PMEs em programas que objetivam a solução dos problemas técnico-gerenciais resultantes em barreiras à exportação.

No que diz respeito a microcrédito, sublinhe-se que, entre o começo de 2003 e maio de 2004, R\$ 612 milhões de reais (US\$ 226.7 milhões, aproximadamente) foram aprovados para 964 mil operações. O acesso ao crédito por parte dos que se encontravam à margem do sistema bancário comercial tem ajudado a promover uma cultura empresarial numa camada da população que carece precisamente de crédito para melhor utilizar as ferramentas de sua profissão. O Brasil prepara a observância do Ano Internacional do Microcrédito, a ser celebrado em 2005, por iniciativa adotada na Assembléia Geral das Nações Unidas.

A política de promoção do emprego serve igualmente à preocupação com a qualidade. Com esse objetivo em vista, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) atribui ênfase à educação profissional como parte de um processo que leva à inclusão social e ao fortalecimento da cidadania. Busca também a

integração dos objetivos de qualificação com políticas mais amplas para promover o emprego e o aumento de renda, bem como uma conjunção entre esses objetivos e as políticas de educação, de desenvolvimento e de inovação/capacitação tecnológica.

Os principais objetivos do PNQ são, portanto, os de: (a) promover a formação dos trabalhadores brasileiros em seu sentido mais amplo (intelectual, técnico, cultural e político); (b) fortalecer a empregabilidade e incrementar a participação dos trabalhadores no processo de geração de oportunidades de emprego; (c) aumentar a escolaridade do trabalhador; (d) promover a inclusão social, a redução da pobreza e a luta contra a discriminação no trabalho; e (e) aumentar a produtividade e qualidade da mão-de-obra, assim melhorando bens e serviços, aprimorando a competitividade, as oportunidades de emprego e a renda do trabalhador.

V. CRESCIMENTO COM EQÜIDADE

Crescimento com eqüidade implica a preparação de toda a sociedade para aproveitar as oportunidades criadas pelo crescimento. Requer, por exemplo, políticas de promoção da empregabilidade, que abrangem educação, saúde e um ensino profissional em sintonia com as necessidades de uma economia dinâmica e em processo de modernização.

A maior dificuldade para a execução dessas políticas, além dos naturais problemas de coordenação, é a tendência à formação de ciclos viciosos que o assistencialismo por si só apenas reforça. A falta de oportunidades de emprego é ameaça permanente para as famílias de baixa renda, o que impede a adequada formação de novas gerações e sua qualificação para melhores oportunidades de emprego e rendimentos que lhes permitam romper o ciclo e superar a condição de pobreza.

O Brasil está decididamente implementando políticas para aumentar a escolaridade de crianças pobres, principalmente por meio de programas de complementação de renda familiar que condicionam desembolsos à frequência das crianças à escola e às suas idas regulares ao posto de saúde. A chamada Bolsa Família, parte do programa Fome Zero, é uma estratégia de ação unificada que integrou vários benefícios, antes atribuídos separadamente. O usufruto dos benefícios está também condicionado a que os pais se submetam a exames pré-natais e participem de atividades de aconselhamento nutricional, treinamento profissional e alfabetização.

Lançado em outubro de 2003, o programa atende a mais de 4 milhões de famílias em 5461 municípios (o que corresponde à cobertura de 98% dos municípios do País).

O Programa Fome Zero compõe-se de uma vasta gama de ações focadas na segurança alimentar. O objetivo de tais ações é o de combater a pobreza por meio de transferências e benefícios, e ampliar o acesso a serviços públicos por parte de famílias carentes. O Programa inclui assim a distribuição de 1,5 milhões de cestas básicas a famílias em situação de extrema carência, entre as quais 234 mil famílias “sem terra”, 180 mil famílias atingidas por enchentes e secas, 35 mil famílias de comunidades indígenas, 15 mil famílias de comunidades remanescentes de quilombos.

O Fome Zero inclui ainda ações de ajuda ao semi-árido, região de maior concentração de pobreza do país. Essas ações objetivam o aumento do suprimento de água e a disseminação de tecnologia agrícola adequada às condições locais.

O Fome Zero engloba ações desenvolvidas em estreita coordenação e responsabilidade compartilhada entre os diferentes níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal), empresas e sociedade civil.

VI. EDUCAÇÃO

O Brasil superou as metas de alfabetização fixadas para 2003. O número de pessoas que iniciou seu processo de alfabetização naquele ano foi de 3,2 milhões, contra uma expectativa anterior de 3 milhões. O rápido progresso da alfabetização e da escolarização tem sido a tônica da última década no País. Em 2002, a taxa de frequência líquida à escola, no nível fundamental, das pessoas de 7 a 14 anos, foi de 93,8%, e a taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos atingiu 96,3%, contra 91,3% em 1992.

Embora ainda sejam necessários significativos progressos qualitativos da educação no País, bem como no que diz respeito à taxa de frequência líquida no nível médio (prejudicada pela repetência e pela evasão escolar), o desenvolvimento nessa área tem sido bastante rápido e expressivo. A atual Administração tem concentrado esforços na melhora da qualidade e na remoção de barreiras (extra-escolares) que levam à evasão, ao baixo rendimento e à repetência.

Nesse quadro, programas como o Bolsa Família, acima descrito, assumem relevância fundamental. Programas que instituíram a gratuidade do transporte escolar (principalmente em zonas rurais), do material escolar e da alimentação nas escolas também ajudam a remover obstáculos à universalização do ensino fundamental e médio e a atenuar os desincentivos à continuidade dos estudos que a situação de carência impõe. Outras ações contempladas em programas como o Programa de Expansão e Melhoria da Rede Escolar (PROMED) buscam o aprimoramento do ensino público, no caso específico mediante a melhora da infra-estrutura, equipamento e material escolar e de ensino.

VII. SAÚDE

Na área da saúde, cabe destacar os resultados alcançados particularmente no controle do HIV/AIDS. Não apenas medidas de prevenção (que incluem a distribuição gratuita de preservativos) têm sido implementadas, mas também assistência médica em larga escala tem sido prestada aos portadores do vírus. A cooperação com ONGs é elemento-chave nessa política, que tem servido de referência para a formulação e execução de políticas nacionais em todo o mundo. A experiência brasileira tem sido também compartilhada em diversos programas de cooperação técnica Sul-Sul, por solicitação dos países recipiendários.

Outro fato importante foi o desenvolvimento de um sistema de saúde da família que reúne equipes de profissionais de saúde para o atendimento de famílias e beneficia hoje cerca de 65 milhões de pessoas. Farmácias populares, que vendem medicamentos a preços aproximadamente 80% inferiores aos praticados pelas farmácias comerciais, são outro benefício importante para a população mais pobre.

VIII. EXERCÍCIO EFETIVO DA DEMOCRACIA

A votação eletrônica tem-se revelado fator de indiscutível importância para a garantia da eficácia da democracia no País. Nas eleições municipais de 2004, inteiramente informatizadas, 102.817.864 eleitores valeram-se das 406 mil urnas eletrônicas distribuídas por todo o território brasileiro para eleger 5.562 prefeitos e 51.819 vereadores. Também nesse ponto, a experiência brasileira tem sido requerida e concedida, com crescente frequência, em iniciativas de cooperação do interesse de outros países latino-americanos.

IX. BOA GESTÃO DO ESTADO, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À EVASÃO FISCAL E À CORRUPÇÃO

Com o uso intenso da informática, tem sido possível obter resultados muito significativos para as múltiplas iniciativas adotadas com vistas a melhorar a gestão do Estado, ampliar-lhe a transparência e tornar mais eficiente sua atuação, sob o império da lei, no combate à evasão fiscal e à corrupção.

Leilões eletrônicos para compras governamentais afirmam-se como importante fator de transparência na gestão de verbas públicas. Já atingiram 61% do total de compras do governo, em 2004, e ensejaram redução média de preços da ordem de 20%.

O uso da internet no relacionamento entre o cidadão e o Estado exemplifica-se na entrega de declarações de imposto de renda por via eletrônica e na possibilidade de acompanhamento de processos administrativos de interesse dos cidadãos pela rede mundial. Com ele, se estabelecem e consolidam a cultura e a prática do “Governo eletrônico”.

O Programa de Otimização dos Recursos Públicos, no âmbito do qual todo Ministério trabalha para racionalizar suas despesas, já permitiu uma redução da despesa total do Governo em 28,8%, sem comprometer a qualidade dos serviços públicos.

O combate ao problema da evasão fiscal registrou, de janeiro de 2003 a maio de 2004, aproximadamente 22 mil procedimentos fiscais contra evasão e fraudes fiscais, que resultaram em multas e pagamentos no valor de R\$ 61,8 bilhões (aproximadamente US\$ 22 bilhões). O combate à evasão abrange também as contribuições sociais e tarifas alfandegárias, e, nessas categorias, registrou a recuperação de R\$ 23,85 bilhões no mesmo período.

A Controladoria-Geral da União – órgão de assessoria da Presidência da República encarregado de assuntos relativos à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública e às atividades de ouvidoria-geral – instituiu sistema de inspeção das contas das prefeituras municipais por amostragem, estabelecida em sorteio, para melhorar a gestão dos recursos públicos. Sob esse sistema, mais de 400 administrações municipais já foram inspecionadas.

O Governo desenvolveu uma rede de ouvidorias do Poder Executivo para dar maior transparência à gestão do Estado. O sistema, de ampla capilaridade e com 92 unidades em todo o País, visa a monitorar a conduta de agentes públicos na gestão do Estado.

X. PRIMADO DO DIREITO, COMBATE AO CRIME E PRESTAÇÃO DE JUSTIÇA

O Governo brasileiro desenvolveu o Sistema Único de Segurança pública para coordenar ações dos órgãos federais, estaduais e municipais a quem competem a manutenção da ordem pública e a prestação da justiça criminal. Projetos e para a alocação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública passaram a ser avaliados com referência a diretrizes unificadas.

O Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública está sendo ampliado e reestruturado, integrando distintas bases de dados.

Para tornar mais eficaz o combate à lavagem de dinheiro, elemento-chave na desarticulação do crime organizado e prioridade para a atual administração, foram criados o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional e um Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Como resultado da coordenação entre os órgãos relacionados à segurança pública e justiça penal, nos vários níveis de Governo, foram desenvolvidas 12 operações em larga escala nos últimos dois anos, que levaram à desarticulação de vastas redes de operações ilegais relacionadas com contrabando, pirataria, tráfico de drogas, corrupção, fraude, crimes ambientais, crimes eletrônicos, lavagem de dinheiro, tráfico ilegal de armas etc.

Tem tido grande êxito a campanha de desarmamento da população, com a compra, pelo Governo Federal, de cada arma entregue pelos cidadãos em pontos específicos de coleta. Em quatro meses recolheram-se 160 mil armas de fogo. Adicionalmente, foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente nova lei limitando ainda mais a circulação de armas de fogo no País (o “Estatuto do Desarmamento”).

A reforma do Judiciário, aprovada em início de dezembro, dá, por outro lado, continuidade ao processo de aperfeiçoamento do sistema judicial, com ênfase em medidas dirigidas a tornar seu funcionamento mais ágil e de mais amplo o acesso à justiça.

XI. POLÍTICAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO – QUESTÕES DE GÊNERO E ETNIA

Entre as iniciativas contra a discriminação de gênero recentemente adotadas, cabe ressaltar as seguintes: Criação do serviço Disque-Saúde-da-Mulher; Lançamento do Plano Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher; Incentivos a programas de capacitação de profissionais das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; e Apoio a campanhas de repúdio e prevenção da violência contra a mulher.

Por outro lado, têm sido tomadas novas medidas de assistência e inclusão econômica em favor dos afro-descendentes, notadamente no âmbito do programa Primeiro Emprego e do acesso às instituições públicas de ensino.

Os povos indígenas também têm-se beneficiado do progresso na demarcação de suas terras: apenas de janeiro a maio de 2004, 11 novas Terras Indígenas foram demarcadas, beneficiando 5.904 índios. Assistência médica e social, além do acesso a educação e saneamento básico tiveram sensível melhora, nos últimos anos, no que diz respeito ao atendimento a comunidades indígenas.